

DECRETO Nº 4.032, DE 23 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre alterar o art. 1º do Decreto nº 3.819 de 05/05/2004, referente a concessão de Benefício de Pensão por Morte, ao Sr. **BALTAZAR FERREIRA DE MELO** (Viúvo – Pensão Vitalícia), em virtude do falecimento da Sra. **DIVINA APARECIDA DE MELO**.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Art. 1º - O art. 1º do Decreto nº 3.819 de 05/05/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** - Conceder o Benefício de Pensão por Morte, ao Sr. **BALTAZAR FERREIRA DE MELO** (Viúvo – Pensão Vitalícia) portador da cédula de identidade RG 222.035 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 205.054.341-72, em virtude do falecimento da Sra. **DIVINA APARECIDA DE MELO**, ex – Servidora Pública Municipal aposentada, Matrícula nº 001960-7, aprovada em Concurso Público Municipal, no cargo de Agente de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com base no Art. 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 20/98, Art.132, § 5º, da Lei Orgânica do Município e Art. 53, § 5º e 10º, da Lei Municipal nº 1752 de agosto de 1990.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º da
Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

ADILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Notificação

DO: SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

AO: DIÁRIO OFICIAL

Venho através deste, encaminhar a relação de notificações,
embargos e auto de infrações, para publicação (relacionadas abaixo).

ITEM	NOTIFICAÇÃO	IMÓVEL	PROPRIETÁRIO	BAIRRO	QD	LT	INTIMAÇÃO
01	200501327	906565	TRANSPORTADORA CALCARIO LTDA	VL.SALMEN	CH	06	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
02	200501414	792349	CELSON CESAR JOSE DA SILVA	JD GRAMADO II PTE	03	28	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
03	200501418	815276	ROBERTO DE LARA PINTO	VL DA AMIZADE			REQUERER O ALVARA DE ACEITE
04	200501389	781339	ESPEDITO DE SOUZA LEANDRO	JD CACABANA	3	20	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
05	200501388	112054	TOMAZ DA SILVA ALVES	VL CARDOSO	2	1	REQUERER O ALVARA DE ACEITE
06	0501388	112054	DIVINA DA SILVA SOUZA	VL CARDOSO		20	REQUERER O ALVARA DE ACEITE



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VI - Nº 1030 - Quarta-feira, 25 de Maio de 2005

PODER EXECUTIVO

Lei

LEI Nº 4.524, DE 19 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre alterar os números de equipes do PSF, PSF BUCAL e PACS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

**FAÇA SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º - Ficam criadas, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, **até 50 Equipes de Saúde da Família – PSF**, sendo 46 para atender a zona urbana e 04 para atender a zona rural e 25 Equipes de Saúde Bucal, visando atender e intensificar as ações de atenção à Saúde Familiar, através de Convênios firmados com o Governo Federal e Estadual.

§ 1º - As 46 Equipes de Programa de Saúde da Família que atenderá a zona urbana, terá a seguinte composição: 01 Médico, 01 Enfermeiro, 02 Auxiliares de Técnicos de Enfermagem, 07 Agentes Comunitários de Saúde, 01 Agente Administrativo, 01 Auxiliar de Serviços Diversos, 01 Odontólogo, 01 Técnico de Higiene Dental e 01 Auxiliar de Consultório Dentário.

§ 2º - As 04 Equipes de Programa de Saúde da Família que atenderá a zona rural, terá a seguinte composição: 01 Médico, 01 Enfermeiro, 02 Auxiliares de Técnicos de Enfermagem, 15 Agentes Comunitários de Saúde, 01 Agente Administrativo, 01 Auxiliar de Serviços Diversos, 01 Odontólogo, 01 Técnico de Higiene Dental e 01 Auxiliar de Consultório Dentário.

§ 3º - Os ocupantes dos cargos citados no parágrafo anterior, terão dedicação exclusiva, com carga horária de oito horas diárias e serão de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

Art. 2º - A denominação e a composição salarial dos cargos que formam as Equipes de Saúde da Família, PACS e PSF Bucal, são as constantes do ANEXO I que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis
14 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.2170.2094.094 – Programa de Saúde da Família - PSF
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Expediente

Prefeito Municipal: Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito: Manoel Machado
Secretaria de Ação Social: Rosemar Lindo Sachetti
Secretaria de Administração: Gastão de Matos
Sec. de Desenv. Econ. e Meio Ambiente: Elio Rasia
Secretaria de Educação: Professor Javert Melo Vieira
Sec. Esporte, Cultura e Lazer: Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças: Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo: Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento: Eugênia Lemos Barros Bárbara
Secretaria da Receita: Edenício Avelino Santos
Secretaria de Saúde: Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte, Transito e Desenv. Urbano: João Batista de Oliveira
Procuradoria Geral do Município: Adilton Pinto da Silva
CODER: Milton Luiz Araújo
SANEAR: Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município: Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO: Josemar Ramiro da Silva

10.301.2170.2109.109 – Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

10.301.2170.2107.107 – Programa de Saúde Bucal
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário; **E de forma específica as Leis 3.214 de 15 de fevereiro de 2000, 3.302 de 26 de julho de 2000. Lei 3.694 de 02 de maio de 2002.**

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 19 de maio de 2005; 89º da Fundação e
51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

ADILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

**LEI Nº 4.524, DE 19 DE MAIO DE 2005.
ANEXO I
QUADRO DE REMUNERAÇÃO DAS EQUIPES DE PSF E SAÚDE BUCAL – ROO – MT**

PSF – ZONA URBANA – 46 EQUIPES									
ORDEN	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE	SÍMBOLO	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
				Salário Base em R\$	Auxílio Moradia 30%	Auxílio Alimentação 30%	Auxílio Transporte 40%		TOTAL
01	Médico da Família	01	CC-5	2.640,00	792,00	792,00	1.056,00		5.280,00
02	Enfermeiro	01	CC-4	1.320,00	396,00	396,00	528,00		2.640,00
03	Auxiliar de Enfermagem	02	CC-3	645,60					645,60
04	Técnico de Enfermagem	02	CC-3	645,60					645,60
05	Agente Administrativo da Família	01	CC-3	645,60					645,60
06	Auxiliar de Serviços Diversos	01	CC-1	240,00					240,00
07	Agente Comunitário de Saúde	07	CC-2	410,00					410,00
08	Odontólogo	01	CC-7	1.680,00	504,00	504,00	672,00		3.360,00
09	Técnico de Higiene Dental	01	CC-6	744,00					744,00
10	Auxiliar de Consultório Dentário	01	CC-8	420,00					420,00

PSF – ZONA RURAL – 04 EQUIPES									
ORDEN	DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE	SÍMBOLO	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO					
				Salário Base em R\$	Auxílio Moradia 30%	Auxílio Alimentação 30%	Auxílio Transporte 40%		TOTAL
01	Médico da Família	01	CC-5	2.640,00	792,00	792,00	1.056,00		5.280,00
02	Enfermeiro	01	CC-4	1.320,00	396,00	396,00	528,00		2.640,00
03	Auxiliar de Enfermagem	02	CC-3	645,60					645,60
04	Agente Administrativo da Família	01	CC-3	645,60					645,60
06	Auxiliar de Serviços Diversos	01	CC-1	240,00					240,00
07	Agente Comunitário de Saúde	07	CC-2	410,00					410,00
08	Odontólogo	01	CC-7	1.680,00	504,00	504,00	672,00		3.360,00
09	Técnico de Higiene Dental	01	CC-6	744,00					744,00
10	Auxiliar de Consultório Dentário	01	CC-8	420,00					420,00

Observação: OS AUXÍLIOS DE MORADIA, DE ALIMENTAÇÃO E DE TRANSPORTE SERÃO CALCULADOS SOBRE O SALÁRIO BASE.
OS ENCARGOS SOCIAIS INCIDIRÃO APENAS SOBRE O SALÁRIO BASE, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

ÁGUA LIMPA E PARADA: É DISSO QUE O MOSQUITO DA DENGUE GOSTA.

EVITE ÁGUA LIMPA E PARADA EM PNEUS, PRATOS DE PLANTAS, XAXINS, GARRAFAS, LATAS E EM OUTROS RECIPIENTES. TAMPE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS, TAMBORES E OUTROS DEPOSITOS DE ÁGUA.



Ministério
da
Saúde



LEI Nº 4.526, DE 19 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para DESAFETAÇÃO E POSTERIOR DOAÇÃO à Diocese de Rondonópolis de uma área de 1.253,90 m² caracterizada como lote nº 02 da quadra "A", localizado no Loteamento Vila São Sebastião I, zona urbana de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a DESAFETAÇÃO E POSTERIOR DOAÇÃO à Diocese de Rondonópolis de uma área de 1.253,90 m² caracterizada como lote nº 02 da quadra "A", localizado no Loteamento Vila São Sebastião I, zona urbana de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, com os seguintes limites e confrontações:

- Lote nº 02 da quadra "A", localizado no Loteamento Vila São Sebastião I:

ÁREA de 1.253,90 m²
FRENTE para a Rua B, com 24,50 metros;
LADO DIREITO para o lote nº 01, com 48,27 metros;
LADO ESQUERDO para a travessa nº 18, com 46,77 metros;
FUNDOS para o lote nº 03, com 26,00 metros.

Art. 2º - A área objeto desta doação destinar-se-á a realização de atividades religiosas, vedada qualquer outra destinação, a contar da vigência desta Lei.

Parágrafo Único – O descumprimento ao disposto no artigo anterior implicará na revogação automática do ato de doação e consequente reversão do imóvel doado ao Patrimônio do Município, sem qualquer indenização ao infrator.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 19 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.527, DE 19 DE MAIO DE 2005

Dispõe sobre alteração do art. 1º da Lei nº 4.526, de 19 de janeiro de 2005, que concede autorização para firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Rondonópolis, por intermediação da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O art. 1º da Lei 4.415 de 07 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convenio com a Prefeitura Municipal de Rondonópolis, por intermediação da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde o Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESSMT, sociedade Civil, com personalidade jurídica de direito privado, C.N.P.J. sob nº 05.238.413/01-22, no valor de até **R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)** mensais, objetivando repassar recursos financeiros para custear a contratação de RH especializados, visando fortalecer as ações de atenção à saúde em Terapia Renal Substitutiva e também a contratação de serviços de terceiros para a realização de serviços gerais."

Art. 2º - O Convênio cuja celebração que se autoriza, reger-se-á pelo disposto no TERMO a ser firmado pelos partícipes e que passará a fazer parte integrante desta Lei, prorrogável por igual período.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
14 – Fundo Municipal de Saúde
10.302.2230.2105.105 – Convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde - PACIS
33.70.41.00.00 – Contribuições

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando seus efeitos a partir de 02/05/2005.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Rondonópolis, 19 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.528, DE 19 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 2.273.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 2.273.000,00 (Dois Milhões Duzentos e Setenta e Três Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
03 – Secretaria Municipal de Finanças
04.122.2050.2021.021 – Manutenção do Setor
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PFR\$ 20.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 300.000,00

05 – Secretaria Municipal de Educação
12.361.2120.2039.039 – Manutenção do Ensino FundamentalR\$ 8.000,00
33.90.14.00.00 – Diárias – CivilR\$ 155.000,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material PermanenteR\$ 155.000,00

12.361.2150.1005.005 – Programa de Qualificação dos Profissionais da EducaçãoR\$ 10.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 10.000,00

12.361.2150.1007.007 – Manutenção da Educação InfantilR\$ 100.000,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material PermanenteR\$ 100.000,00

12.361.2150.2041.041 – Manutenção das Atividades da SecretariaR\$ 10.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PFR\$ 15.000,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material PermanenteR\$ 15.000,00

12.122.2150.2044.044 – Manutenção e Conservação da Sede da Secretaria Municipal de EducaçãoR\$ 50.000,00
44.90.51.00.00 – Obras e InstalaçõesR\$ 50.000,00

12.122.2150.2047.047 – Ampliação da Secretaria Municipal de EducaçãoR\$ 25.000,00
44.90.51.00.00 – Obras e InstalaçõesR\$ 25.000,00

12.122.2150.2033.033 – Manutenção do GabineteR\$ 5.000,00
33.90.14.00.00 – Diárias – CivilR\$ 5.000,00

12.361.2140.2042.042 – Transporte EscolarR\$ 50.000,00
33.90.30.00.00 – Material de ConsumoR\$ 300.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 300.000,00

06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
26.782.2080.2057.057 – Conservação e Reforma de Estradas VicinaisR\$ 600.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 600.000,00

25.752.2080.1014.014 – Ampliação da Rede de Energia da Sede e DistritosR\$ 80.000,00
44.90.51.00.00 – Obras e InstalaçõesR\$ 80.000,00

15.452.2080.2054.054 – Limpeza e Capinação de Terrenos Baldios e Logradouros PúblicosR\$ 500.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 500.000,00

12 – Fundo Municipal do Salário Educação
12.361.2140.2047.047 – Manutenção do Transporte EscolarR\$ 45.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 45.000,00

TOTALR\$ 2.273.000,00

Art. 2º - Para cobertura do **Crédito Suplementar**, a que se refere o Artigo Anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
03 – Secretaria Municipal de Finanças
04.122.2050.2216.216 – Contribuição a A.M.M.
33.70.41.00.00 – ContribuiçõesR\$ 200.000,00

05 – Secretaria Municipal de Educação
12.363.2030.1011.011 – Convênio com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT – Fundação UNISELVAR\$ 110.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 110.000,00

12.361.2120.1004.004 – Construção de Quadras Poliesportivas nas EscolasR\$ 70.000,00
44.90.51.00.00 – Obras e InstalaçõesR\$ 70.000,00

04.122.2110.2051.051 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 273.091,11
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 273.091,11

07 – Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
04.121.2070.2067.067 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 369.522,83
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 369.522,83

13 – Fundo Municipal de Ação Social
04.122.2380.2089.089 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 99.878,11
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 99.878,11

14 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.2230.2103.103 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 15.325,86
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 15.325,86

15 – Secretaria Municipal de Administração
04.122.2030.2121.121 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 56.358,32
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 56.358,32

16 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer
04.122.2260.2135.135 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 13.099,65
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 13.099,65

TOTAL.....R\$ 1.072.097,15

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no Vigente Orçamento Abertura de **CRÉDITO ESPECIAL**, até o montante de R\$ 142.902,85 (Cento e Quarenta e Dois Mil, Novecentos e Dois Reais e Oitenta e Cinco Centavos), da seguinte dotação Orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis
09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
04.122.2310.2225.225 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 142.902,85
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios AnterioresR\$ 142.902,85

TOTAL.....R\$ 142.902,85

Art. 4º - Para cobertura do **Crédito Adicional** a que se refere os Artigos Anteriores, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito

18.544.2080.1024.024 – Canalização e Drenagem de Córregos e RiosR\$ 215.000,00
44.90.51.00.00 – Obras e InstalaçõesR\$ 215.000,00

TOTALR\$ 215.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 19 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.031, DE 20 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre inclusão de contribuintes substitutos na relação contida no artigo 3º, do Decreto 3140, de 24.02.2000, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das suas atribuições legais...

DECRETA:

Art. 1º - Ficam incluídos, na relação de contribuintes substitutos do art. 3º, do Decreto 3140, de 24.02.00, as empresas a seguir relacionadas:

Diplomata Transportes Ltda	CNPJ 49.586.449/0003-34
Rua Piaui, 690 - Cidade Salmen	CMC 16.261-07
Rondonópolis - MT	
Fundo Estadual de Segurança Pública	CNPJ 04.236.167/0001-07
Av. Transversal s/n - Bloco B - 2º Andar - CPA	CMC 16.622-08
Cuiabá - MT	
Novo Mundo Móveis e Utilidades Ltda	CNPJ. 01.534.080/0125-68
Avenida Amazonas, 1194 - Centro	CMC 16.022-06
Rondonópolis-MT	
Secretaria de Estado de Infra Estrutura	CNPJ 04.603.710/0001-76
Centro Político Administrativo – Edifício P. Arz	CMC 16.622-08
Cuiabá - MT	

Art. 2º - Fica excluída da relação de contribuintes substitutos do art. 3º, os Decretos: 3140 de 24.02.00; 3254 de 05.01.01 e 4007, de 06.04.05, a empresa a seguir relacionada.

NOME DA EMPRESA	CMC	CNPJ
Vânia Maria Augustin Kreling	1775-08	273.989.940-87

Art. 3º - Permanecem em vigor e integram os demais dispositivos contidos nos Decretos de números 3140/00 e 4007.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 20 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

EDENÍCIO AVELINO SANTOS
Secretário da Receita Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

12.122.2150.1007.007 – Ampliação da Secretaria Municipal de Educação	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 25.000,00
12.122.2150.2033.033 – Manutenção do Gabinete	
33.90.14.00.00 – Diárias – Civil	R\$ 5.000,00

12.361.2140.2042.042 – Transporte Escolar	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R\$ 50.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$ 300.000,00

06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
26.782.2080.2057.057 – Conservação e Reforma de Estradas Vicinais	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$ 600.000,00

15.452.2080.2054.054 – Limpeza e Capinação de Terrenos Baldios e Logradouros Públicos	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$ 500.000,00

12 – Fundo Municipal do Salário Educação	
12.361.2140.2047.047 – Manutenção do Transporte Escolar	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 2.273.000,00

Art. 2º - Para cobertura do **Crédito Suplementar**, a que se refere o Artigo Anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
03 – Secretaria Municipal de Finanças	
04.122.2050.2216.216 – Contribuição a A.M.M.	
33.70.41.00.00 – Contribuições	R\$ 200.000,00

05 – Secretaria Municipal de Educação	
12.363.2030.1011.011 – Convênio com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT – Fundação UNISELVA	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$ 110.000,00

12.361.2120.1004.004 – Construção de Quadras Poliesportivas nas Escolas	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 70.000,00

12.122.2150.2034.034 – Programa de Capacitação dos Servidores Administrativos	
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$ 3.000,00

12.361.2120.2039.039 – Manutenção do Ensino Fundamental	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$ 515.000,00

12.122.2150.2044.044 – Manutenção e Conservação da Sede da Secretaria Municipal de Educação	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R\$ 10.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$ 10.000,00

12.365.2130.2037.037 – Manutenção da Educação Infantil	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$ 30.000,00

06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
26.782.2080.1018.018 – Construção e Ampliação de Estradas Vicinais	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 80.000,00

15.451.2080.1020.020 – Construção de Pontes, Bueiros e Serviços Complementares no Setor Urbano	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 600.000,00

18.543.2080.1025.025 – Controle de Erosão e Recuperação de Áreas Degradadas	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 50.000,00

17.512.2080.1016.016 – Ampliação do Sistema de Água e Esgoto	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 200.000,00

17.512.2080.1015.015 – Construção de Galerias de Águas Pluviais e Serviços Complementares	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 250.000,00

09 – Sec. Municipal Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	
15.451.2330.1048.048 – Construção de Praças Públicas	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 65.000,00

23.691.2310.1217.217 – Associação de Desenvolvimento Econômico- Banco da Gente	
44.50.42.00.00 – Auxílios	R\$ 55.000,00

12 – Fundo Municipal do Salário Educação	
12.361.2140.2047.047 – Manutenção do Transporte Escolar	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 2.273.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrária

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 19 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

ADILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.030, DE 19 DE MAIO DE 2005.
Dispõe sobre a alteração do art. 1º da Lei nº 4.499 de 15/04/2005, referente a abertura de Crédito Suplementar no montante de R\$ 1.072.097,15 e de Crédito Especial no montante de R\$ 142.902,85, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.499 de 15/04/2005...

DECRETA:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 4.499 de 15/04/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As obrigações contraídas nos períodos mencionados no exercício de 2004, cujos empenhos foram objeto de cancelamentos ou anulação, serão reempenhados no exercício de 2005 e nos subsequentes, através de Recursos por anulação parcial das dotações orçamentárias.”

Art. 2º- Fica aberto no vigente orçamento **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, no valor de R\$ 1.072.097,15 (Hum Milhão e Setenta Dois Mil e Noventa Sete Reais e Quinze Centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
01 – Secretaria do Governo Municipal	
04.122.2010.2013.013 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 201.253,03

02 – Procuradoria Geral do Município	
04.122.2020.2020.020 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 15.632,97

03 – Secretaria Municipal de Finanças	
04.122.2050.2028.028 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 290,13

04 – Secretaria da Receita Municipal	
04.123.2060.2032.032 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 1.632,00

05 – Secretaria Municipal de Educação	
12.361.2120.2040.040 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 26.013,14

06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
--	--

12.122.2150.2034.034 – Programa de Capacitação dos Servidores Administrativos	
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$ 3.000,00

12.361.2120.2039.039 – Manutenção do Ensino Fundamental	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$ 515.000,00

12.122.2150.2044.044 – Manutenção e Conservação da Sede da Secretaria Municipal de Educação	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R\$ 10.000,00
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF	R\$ 10.000,00

12.365.2130.2037.037 – Manutenção da Educação Infantil	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	R\$ 30.000,00

06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
26.782.2080.1018.018 – Construção e Ampliação de Estradas Vicinais	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 80.000,00

15.451.2080.1020.020 – Construção de Pontes, Bueiros e Serviços Complementares no Setor Urbano	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 600.000,00

18.543.2080.1025.025 – Controle de Erosão e Recuperação de Áreas Degradadas	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 50.000,00

17.512.2080.1016.016 – Ampliação do Sistema de Água e Esgoto	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 200.000,00

17.512.2080.1015.015 – Construção de Galerias de Águas Pluviais e Serviços Complementares	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 250.000,00

09 – Sec. Municipal Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	
15.451.2330.1048.048 – Construção de Praças Públicas	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R\$ 65.000,00

23.691.2310.1217.217 – Associação de Desenvolvimento Econômico- Banco da Gente	
44.50.42.00.00 – Auxílios	R\$ 55.000,00

12 – Fundo Municipal do Salário Educação	
12.361.2140.2047.047 – Manutenção do Transporte Escolar	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 2.273.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 19 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

ADILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.529, DE 19 DE MAIO DE 2005.
Dispõe sobre autorização Legislativa para alterar o art. 1º da Lei nº 4.499 de 15/04/2005, referente a abertura de Crédito Suplementar no montante de R\$ 1.072.097,15 e de Crédito Especial no montante de R\$ 142.902,85, e dá outras providências.

• **O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais.

FAÇA SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 4.499 de 15/04/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As obrigações contraídas nos períodos mencionados no exercício de 2004, cujos empenhos foram objeto de cancelamentos ou anulação, serão reempenhados no exercício de 2005 e nos subsequentes, através de Recursos por anulação parcial das dotações orçamentárias.”

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, até o montante de R\$ 1.072.097,15 (Hum Milhão e Setenta Dois Mil e Noventa Sete Reais e Quinze Centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
01 – Secretaria do Governo Municipal	
04.122.2010.2013.013 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 201.253,03

02 – Procuradoria Geral do Município	
04.122.2020.2020.020 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 15.632,97

03 – Secretaria Municipal de Finanças	
04.122.2050.2028.028 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 290,13

04 – Secretaria da Receita Municipal	
04.123.2060.2032.032 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 1.632,00

05 – Secretaria Municipal de Educação	
12.361.2120.2040.040 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 26.013,14

06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
04.122.2080.1018.018 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 273.091,11

07 – Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	
04.121.2070.2067.067 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 369.522,83

13 – Fundo Municipal de Ação Social	
04.122.2380.2089.089 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 99.878,11

14 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.2230.2103.103 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 15.325,86

15 – Secretaria Municipal de Administração	
04.122.2030.2121.121 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 56.358,32

16 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	
04.122.2260.2135.135 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 13.099,65

TOTAL..... R\$ 1.072.097,15

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no Vigente Orçamento Abertura de **CRÉDITO ESPECIAL**, até o montante de R\$ 142.902,85 (Cento e Quarenta e Dois Mil, Novecentos e Dois Reais e Oitenta e Cinco Centavos), da seguinte dotação Orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	
04.122.2310.2225.225 – Despesas de Exercícios Anteriores	
33.90.92.00.00 – Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 142.902,85

TOTAL..... R\$ 142.902,85

Art. 4º - Para cobertura do **Crédito Adicional**, a que se refere os Artigos Anteriores, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito
18.544.2080.1024.024 – Canalização e Drenagem de Córregos e Rios
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações R\$ 1.215.000,00

TOTAL R\$ 1.215.000,00

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 19 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º da
Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.530, DE 24 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre ISENÇÃO DE MULTA AOS MOTOTAXISTAS E PRESENTES
AO RECADASTRAMENTO 2005, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO
GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Excepcionalmente ficam ISENTOS do recolhimento de multa
prevista na Lei 3.508/2001 os mototaxistas que não efetivaram o recadastramento
anual em até 30 de abril de 2005.

Parágrafo Único – Todos os cadastrados não jús a este direito assegurado
do recadastramento, desde que instrua o pedido até 30 de maio de 2005.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá validade
somente para este exercício.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 24 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º
da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Decreto

DECRETO Nº 4.018, DE 05 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre a alteração da redação dos artigos nº 159, 160,
161, 162, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425,
426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438,
439, 440, 441, 442, 443, 444 do decreto nº 2.938/97 que
regulamenta o Código Sanitário Municipal de Rondonópolis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO
GROSSO, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Os artigos nº 159, 160, 161, 162, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421,
422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437,
438, 439, 440, 441, 442, 443, 444 do Decreto nº 2.938/97 que regulamenta o
Código Sanitário Municipal de Rondonópolis, passam a vigorar com a seguinte
redação:

CAPÍTULO I

DO COMÉRCIO AMBULANTE

“Art. 159 - Considera-se Comércio Ambulante a atividade que venda a varejo de
frutas, salgados, doces, pipocas, verduras, sorvetes, suco, bolachinhas, caldo-de-
cana, cachorro-quente, algodão-doce, beiju, milho-do-amorém em embalagem
plástica, amendoim e demais produtos alimentícios comercializados em
logradouros públicos por pessoas físicas independentemente de horários
previamente determinados.

§ 1º. É proibido o exercício do comércio ambulante fora dos horários e locais
demarcados.

§ 2º. O equipamento dos ambulantes deve possuir:

- ...Compartimentos providos de tampas com partes rigorosamente justapostas;
- ...Revestimento de material liso, resistente, impermeável, atóxico e de fácil
limpeza nas superfícies que entrem em contato com os alimentos;
- ...Proteção contra sol, chuva, poeira e outras formas de contaminação;
- ...Isolamento térmico no caso de venda de alimentos perecíveis, sorvetes,
refrescos, bebidas e similares;
- ...Pinturas em tonalidades claras ou material inox;
- VI. Equipamento de refrigeração dependendo da característica do alimento a ser
comercializado;

- ...Possuir compartimentos para guarda de alimentos adequados às
características de conservação dos mesmos, com as partes rigorosamente
justapostas e em material adequados, que impeça a contaminação por
contato e à prova de poeira, insetos e roedores;
- VIII. Possuir reservatório de água tratada para a higienização dos equipamentos;
utensílios e luvas, no período de trabalho;
- IX. Possuir refrigerador ou balcão frigorífico para trailer;
- X. Possuir pia com torneira e água potável corrente, para trailer;
- XI. Possuir tanque de recolhimento de efluentes da pia, com capacidade mínima
de 200 litros removível, lavável e dotado de fecho hidráulico, esses efluentes
serão esgotados no bueiro mais próximo para trailer;
- XII. Possuir recipientes revestidos com sacos plásticos para o acondicionamento
de lixo, providos de tempo acionável com os pés;
- XIII. Deve manter todas as aberturas e frestas bem vedadas para evitar a entrada
de insetos e roedores;
- XIV. Os frios embutidos devem estar embalados e rotulados, apresentando data de
validade e procedência;
- XV. Os equipamentos de ambulantes devem ser destinados exclusivamente ao
comércio de gêneros alimentícios ficando vedado, nos equipamentos móveis, o
transporte de objetos ou mercadorias estranhas ao ramo do comércio, em
especial, o transporte de passageiros;
- XVI. Os alimentos semi-preparados ou preparados devem ser manuseados com
pegadores ou instrumentos apropriados, sem contato manual;
- XVII. Na comercialização dos alimentos e seu oferecimento ao consumo, são
obrigatórios o uso de utensílios ou recipientes descartáveis de uso individual,
tais como: pratos, talheres, copos, canudos entre outros;
- XVIII. Todos os equipamentos utilizados pelos ambulantes deverão ser mantidos
limpos e em bom estado de conservação;
- XIX. É proibido a exposição de alimentos manipulados ou prontos para consumo
não embalados, sem a proteção adequada contra insetos, poeira, etc...;
- XX. O gelo destinado ao uso pelo ambulante deve ser produzido com água
potável;
- XXI. Produtos como condimentos, molhos, mostarda, ketchup, maioneses e
temperos para sanduíches e similares, devem ser oferecidos em “sachê”
individual, vedada a utilização de dispensadores de uso repetido;
- XXII. No comércio ambulante de gêneros alimentícios, fica proibida a venda de
refeições prontas para o consumo;
- XXIII. Os alimentos semi-preparados ou prontos para cocção, fritura ou
montagem devem estar embalados adequadamente, de acordo com
suas características, conservados em refrigerador ou balcão frigorífico
(temperatura até 6°C), ou outro meio de conservação em baixa temperatura
(recipiente isotérmico, provido do gelo devidamente acondicionado em saco
plástico incolor, limpo e de material não reciclado);
- XXIV. É Proibido o uso de óleo saturado para a realização de frituras e demais
preparações;
- XXV. No equipamento ambulante é vedada a manipulação completa do alimento,
admitindo-se apenas a fritura, a cocção e a montagem no caso de sanduíche e
congêneres;
- XXVI. Os alimentos fritos ou cozidos devem ser conservados à temperatura acima de
65°C;

§ 4º - no caso de animais com a devida identificação, seu proprietário ficará
responsável pelas despesas com o destino do mesmo.

CAPÍTULO VI
Das Disposições Finais

Art. 440 - Qualquer animal, em que esteja evidenciada sintomatologia clínica de
raiva que venha a óbito, deverá ter seu cérebro encaminhado ao laboratório
oficial para confirmação da doença.

Art. 441 – É proibida a exibição de toda e qualquer espécie de animal bravo ou
selvagem, ainda que domesticado, em vias e logradouros públicos ou locais de
livre acesso à população.

§ 1º - Executam-se da proibição do parágrafo anterior, os locais, recintos e
estabelecimentos, legal e adequadamente instalados, destinados à criação,
venda, treinamento, competição, alojamento, tratamento e os recintos com
finalidade de lazer, tais como, circos e parques, desde que mantenham as
condições necessárias de higiene e segurança do público

§ 2º – Somente será permitida a exibição artística ou circense de animais após
a concessão do laudo específico, emitido pelo órgão sanitário necessário.

Art. 442 - A Coordenadoria do Centro de Controle de Zoonoses em conjunto
com o setor de Imprensa Municipal, deverão divulgar os serviços prestados a
população, enfatizando a posse responsável e os cuidados com os animais
domésticos.

I - Não será permitido, em residência particular a criação, alojamento e a
manutenção de mais de 05 (Cinco) animais, no total, das espécies canina e
felina, com idade superior a 90
(noventa) dias.

II - A criação, alojamento e manutenção de animais em quantidade superior a
especificada no artigo anterior, caracterizará como canil de propriedade privada.

III - Os canis de propriedade privada somente poderão funcionar, após vistoria
técnica efetuada pela autoridade sanitária competente, quando serão
examinadas as condições de alojamento e manutenção dos animais, seguindo-
se a expedição de laudos pelo órgão competente da Secretaria Municipal de
Saúde, renovável anualmente.

IV - A Coordenadoria do Centro de Controle de Zoonoses é responsável pelas
Campanhas Nacional, Estadual, Municipal e outras, de Vacinação Anti-rábica
Animal.

Parágrafo Único - O Centro de Controle de Zoonoses terá um posto fixo de
vacinação.

Art. 443 - A aplicação da vacina será feita gratuitamente nos postos de
vacinação designados pela Coordenadoria do Centro de Zoonoses, sendo
proibido seu fornecimento para vacinação em domicílio ou qualquer outro local,
salvo caso de animais bravos, cujos proprietários sejam idosos ou portadores
de necessidades especiais.

Art. 444 – É proibido o uso de animais feridos, enfraquecidos ou doentes em
veículos de tração animal.

§ 1º - os equinos utilizados em veículos de tração animal de não sã
cadastrados no órgão competente e a partir das normas específicas para
permanência no perímetro urbano.

§ 2º - É obrigatório o uso de fitagem nos veículos de tração animal, acionado
especialmente, quando em descida de ladeira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Rondonópolis, 05 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º
da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

ANEXO I

Tabela de valores em reais dos serviços prestados pelo Centro de
Controle de Zoonozas

Serviços	Cães	Gatos
Transporte	R\$ 10,00	R\$ 10,00
Eutanásia	R\$ 50,00	R\$ 30,00
Diárias	R\$ 10,00	R\$ 5,00

Obs.: Os valores serão transformados em UFR – Unidade Fiscal de
Rondonópolis

DECRETO Nº 4.029, DE 05 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$
2.273.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE
MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº
4.528, de 1995,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no
valor de R\$ 2.273.000,00 (Dois Milhões Duzentos e Setenta e Três Mil Reais),
para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
03 – Secretaria Municipal de Finanças
04.122.2050.2021.021 – Manutenção do Setor
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF R\$ 20.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 300.000,00

05 – Secretaria Municipal de Educação
12.361.2120.2039.039 – Manutenção do Ensino Fundamental
33.90.14.00.00 – Diárias – Civil R\$ 8.000,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 155.000,00

12.361.2150.1005.005 – Programa de Qualificação dos Profissionais da
Educação
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ R\$ 10.000,00

12.365.2130.2037.037 – Manutenção da Educação Infantil
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 100.000,00

12.361.2150.2041.041 – Manutenção das Atividades da Secretaria
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF R\$ 10.000,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.000,00

12.122.2150.2044.044 – Manutenção e Conservação da Sede da Secretaria
Municipal de Educação
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 50.000,00

§ 3º - O leilão em hasta pública ocorrerá mediante divulgação de edital, informando data, horário, local e valores de cada animal com suas respectivas características;

§ 4º - caso não haja comprador dos animais estes deverão incorporar-se ao patrimônio municipal, podendo ser abatidos ou doados mediante recibo a entidades filantrópicas, científicas ou pessoas físicas;

§ 5º - A pessoa que receber a doação do animal, ficará como fiel depositário, devendo comprometer-se a cuidar da saúde, dando-lhe alimentação, abrigo e condições adequadas de sobrevivência, não sendo permitido abandonar, doar a terceiros, vender ou maltratar o animal.

§ 6º - A eutanásia só será efetivada em animais portadores de patologias que não possuam cura clínica, devidamente comprovada por médico veterinário que deverá ser feita por esse profissional com anestesia geral profunda de maneira que não cause nenhuma angústia ou dor ao animal, segundo preconização da organização mundial da saúde.

Parágrafo único: será permitido o acompanhamento do procedimento por entidades de defesa animal.

CAPÍTULO IV Da Responsabilidade do Proprietário de Animais

Art. 429 – Os atos danosos cometidos pelos animais, são de inteira responsabilidade de seus proprietários.

Art. 430 – É de responsabilidade do proprietário, a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem-estar, bem como as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas.

§1º - É de responsabilidade de estabelecimentos comerciais e residências que possuam cães de guarda alertar os transeuntes através de placa indicativa, em lugar visível e de fácil leitura.

§ 2º - Os locais referidos neste artigo deverão possuir muros, grades de ferro e portões de segurança capazes de garantir a segurança aos pedestres que transitarem nas proximidades.

Art. 431 – É proibido abandonar animais de qualquer espécie, raça em área pública ou privada, principalmente na zona urbana.

Art 432 - Os animais não mais desejados por seu proprietário poderão ser encaminhados para adoção em outro lar que seja o mais semelhante possível com o anterior, ou com o seu bem-estar;

§ 1º - em caso de possibilidade do disposto no artigo anterior, os animais não mais desejados por seu proprietário poderão ser encaminhados a órgão sanitário responsável que providenciará a adoção. Caso isso não ocorra, será feita a eutanásia, sendo as custas do procedimento, pagas pelo proprietário.

Art. 433 – Em caso de óbito do animal no domicílio ou em pública, cabe ao proprietário, dispor adequadamente do cadáver. Havendo suspeita de doença contagiosa, deverá procurar orientação técnica e comunicar o órgão sanitário responsável.

Art. 434 – O proprietário de animal suspeito de zoonose, deverá submetê-lo à observação, isolamento e cuidados, nos instalações do Centro de Controle de Zoonoses ou, em local designado pelo proprietário e aprovado pela autoridade sanitária competente, durante 10 (dez) dias, no mínimo, na forma determinada pelo laudo emitido pelo médico veterinário.

§ 1º - Os profissionais do Centro de Controle de Zoonoses, não atenderão solicitações ou notificações que não se enquadrem como Zoonoses, com exceção dos casos de animais de rua.

§ 2º - A manutenção de animais em edifícios condominiais será regulada pelas respectivas Convenções, desde que não contrarie este Código.

CAPÍTULO V Dos Animais Sinantrópicos

Art. 435 - Ao munícipe compete a adoção de medidas necessárias para a manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais da fauna sinantrópica.

§ 1º - É proibido o acúmulo de lixo, materiais inservíveis ou outros materiais que propiciem a instalação e proliferação de roedores ou outros animais sinantrópicos.

§ 2º - Os estabelecimentos que estoquem ou comercializem pneumáticos são obrigados a mantê-los permanentemente isentos de coleções líquidas, de forma a evitar a proliferação de mosquitos.

§ 3º - Nas obras de construção civil é obrigatória a drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não pelas chuvas, de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

CAPÍTULO VI DO ADESTRAMENTO DE ANIMAIS e CREDENCIAMENTO DE CRIADORES

Art. 436 - Todo estabelecimento ou pessoa que trabalhar com adestramento de cães deverá estar devidamente habilitado para tal, possuir alvará de licença fornecido por órgão competente, onde constará o tipo de treinamento praticado

§ 1º - os cães treinados para ataque deverão ser cadastrados em órgão competente, bem como o estabelecimento ou pessoa que o possuir deverá afixar em local visível placa indicativa de tal fato.

§ 2º - no registro dos cães deverá constar dados com a identificação do proprietário e do adestrador.

§ 3º - os cães treinados para ataque, bem como os de raça considerada de temperamento violento deverão ser devidamente identificados por qualquer método de identificação, permanente, por órgão competente.

Art. 437- Todo criador ou estabelecimento de criação de animais com fins comerciais deverá ser fiscalizado pela vigilância Sanitária. O controle incluirá restrições quanto a idade mínima e máxima de fêmeas matrizes e a frequência das crias.

§ 1º - as licenças de comercialização de animais somente serão concedidas quando as condições de alojamento e cuidados forem satisfatórias.

§ 2º - toda pessoa ou estabelecimento que vender ou negociar animais será licenciado e fiscalizado pela vigilância Sanitária. A licença obedecerá critérios de bem-estar animal.

§ 3º -o Poder Público Municipal deverá garantir um padrão de bem-estar animal, que será regulamentado por decreto executivo.

§ 4º - toda feira de venda de animais de estimação, deverá ser licenciada e fiscalizada pela vigilância sanitária, obedecendo às normas de saúde e bem-estar animal.

§ 5º - não será permitida a exibição de animais em condições incompatíveis com seu bem-estar.

CAPÍTULO VII AS SANÇÕES

Art. 438 - Verificada a infração de qualquer dispositivo que transgrida as normas estabelecidas neste título, os agentes sanitários, poderão aplicar as seguintes penalidades:

- notificação para tomada de providências;
- multa no valor de 10(dez) até 500 (quinhentos) UFR ;
- apreensão do animal;
- interdição total ou parcial de locais ou estabelecimentos;
- cassação da licença sanitária;

§ 1º - a multa será classificada em:

- Leve - de 10 a 100 UFR;
- Média de 101 a 250 UFR;
- Grave de 251 a 500 UFR;

§ 2º - Para efeito do disposto neste artigo, a natureza da gravidade das infrações será caracterizada e determinada pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ).

§ 3º - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 4º - A pena de multa não excluirá, conforme a natureza e a gravidade da infração, a aplicação de quaisquer outras penalidades previstas no artigo 15 desta Lei.

§ 5º - Independentemente do disposto no parágrafo anterior, a reincidência da infração de mesma natureza, autorizará, conforme o caso, a definitiva apreensão de animais, a interdição de locais ou estabelecimentos ou cassação de alvará.

Art. 439- Os agentes sanitários têm competência para aplicar as sanções resultantes de infrações a disposições deste título.

§ 1º- Sem prejuízo das penalidades, o proprietário do animal apreendido ficará sujeito ao pagamento de despesas de transporte, alimentação, assistência veterinária e outras despesas eventuais necessárias.

§ 2º- Será permitida a criação, através de concessão municipal, de cemitérios destinados aos animais de pequeno porte.

§ 3º - o Poder Público Municipal ficará responsável pela remoção e destino dos animais de pequeno e grande porte encontrados mortos em via pública, que não possuírem identificação.

XXVII. Não é permitido o retalhamento no próprio equipamento, dos alimentos industrializados e embalados;

XXVIII. As bebidas somente podem ser comercializadas na embalagem original, não podendo ser fracionadas;

XXIX. No acondicionamento dos alimentos não é permitido o contato direto dos mesmos com jornais, papéis coloridos ou impressos, papéis ou plásticos usados ou reciclados ou qualquer outro material de embalagem que possa contaminá-los;

XXX. Proteção contra sol, chuva e poeira;

XXXI. Possuir lixeira com tampa e pedal revestido com saco plástico;

XXXII. O veículo ou carrinho utilizado pelos ambulantes deverão ser vistoriados e aprovado de acordo com as normas técnicas da Vigilância Sanitária;

XXXIII. Queimadores somente a gás.

§ 3º. O local da manipulação dos alimentos deve possuir:

- Licença Sanitária;
- Todas as facilidades para a completa higienização do equipamento;
- Local adequado com cobertura para guarda dos equipamentos ambulantes, livres de insetos, roedores e demais formas de contaminação do equipamento;
- Local adequado para semi-preparação ou preparação, acondicionamento e armazenamento dos alimentos com piso liso e de fácil higienização, com impermeabilização das paredes até 2 (dois) metros de altura em cores clara, resistente e impermeável, iluminação e ventilação suficiente em perfeitas condições de higiene e limpeza e com proteção contra insetos e roedores (telas milimétricas nas aberturas e proteção na parte inferior das portas);

XXXIV. Destino adequado dos dejetos, conforme código sanitário vigente;

XXXV. A base de operação pode localizar-se na residência do interessado, desde que atendidas as exigências deste capítulo.

XXXVI. Pia com água corrente tratada;

XXXVII. Trazer o produto já preparado para o local de trabalho.

§. 4º. Os manipuladores de alimentos e ambulantes não podem exercer sua atividade quando acometidos de doenças infecto-contagiosas ou transmissíveis, bem como quando apresentarem dermatoses exsudativas ou esfoliativas ferimentos visíveis ou infeccionados.

§ 5º. Os ambulantes devem usar uniformes compostos de boné ou bonê protegendo todo o cabelo, jaleco avental de cores claras, mantido fechado, limpos e em condições de uso, calçado fechado.

§ 6º. Os ambulantes devem manter higiene pessoal, de acordo observando os seguintes itens:

- Unhas limpas, curtas e não esmalçadas;
- Cabelos e barba limpos e aparados;
- Não fumar, espirrar ou tossir, mascar goma, comer, ou beber, enquanto estiver lidando com alimentos;
- Não passar a mão na boca, nariz, cabelos e ou calça;
- As mãos devem ser lavadas tantas vezes quanto necessário e após uso do sanitário (banheiro).
- Não utilizar adornos (pulseiras, anéis, relógios, cordões príncos e etc).

Art. 160 - Autorização para o exercício de comércio ambulante é de caráter pessoal e intransferível, sendo exclusivamente para o fim nela indicada, e somente será expedida em favor de pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício;

§ 1º - Da autorização constarão os seguintes elementos:

- Nome do vendedor ambulante e respectivo endereço;
- Número de inscrição;
- Indicação das mercadorias, objeto da autorização;
- Horário e local;
- Indicação de como a mercadoria será exposta ou acondicionada;

§ 2º - São obrigações do vendedor ambulante:

- Comercializar somente as mercadorias especificadas na Licença de Sanitária, exercendo a atividade nos limites do local demarcado e dentro do horário estipulado;
- Colocar à venda mercadorias em perfeitas condições de uso e consumo;
- Portar-se com urbanidade, tanto em relação ao público em geral, quanto aos colegas de profissão e aos fiscais, de forma a não perturbar a tranquilidade pública;
- Transportar os bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito;
- Acatar ordens de fiscalização exibindo, quando for o caso, a respectiva Licença sanitária;
- Manter a Licença Sanitária devidamente revalidada;
- Usar Jaleco, bem como manter sempre limpo o local onde está exercendo sua atividade, colocando lixeira à disposição do público para nela serem lançados os detritos resultantes do comércio;
- Possuir Carteira de Saúde.

§ 3º. O pedido de Licença de veículos ou de sua renovação deverá ser feito à autoridade competente.

§.4º. Fica expressamente proibido ao vendedor ambulante:

- Expor e comercializar qualquer tipo de mercadoria no interior do Terminal Urbano de Transportes Coletivos;
- Comercializar fora dos horários e locais determinados;

- Estacionar veículo para comercialização nas vias públicas e outros logradouros fora dos locais previamente determinados;
- Impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos;
- Deixar de atender às prescrições de higiene e asseio para a atividade exercida;
- Colocar à venda produtos impróprios para o consumo;
- Deixar de revalidar a Carteira de Saúde e a Licença Sanitária;
- Comercializar produtos não constantes da licença concedida.

Art. 161 – Os ambulantes deverão atender as exigências da Vigilância Sanitária, conforme cada categoria a seguir:

I - Do Churrasquinho

§. 1º. Além das disposições contidas nos Art. 159 e 160, os ambulantes de churrasquinho deverão cumprir as seguintes medidas:

- Usar espetos (palitos de madeira) descartáveis;
- As carnes comercializadas devem apresentar sempre nota fiscal para prova de procedência e original do produto;
- Servir a farinha de mandioca em recipientes fechados, de fácil higienização, que não tenha contato direto com alimento e ficando proibido o uso de bandejas ou bacias.

II - Do Cachorro Quente e lanches

§. 1º. Além das disposições contidas nos Art. 159 e 160, os ambulantes de cachorro quente e lanches deverão cumprir as seguintes medidas:

- Compartimentos providos de tampas com partes rigorosamente justapostas;
- Revestimentos de material liso, para facilitar a limpeza das superfícies;
- Equipamento para cocção ou fritura;
- Compartimentos com separação para pão e recheio, este último deve ser mantido em temperatura adequada: recheio frio entre 5°C e quente acima de 65°C;

III - De Doces

§. 1º. Além das disposições contidas nos Art. 159 e 160, os ambulantes de doces deverão cumprir as seguintes medidas:

- Os doces e massas com creme serão proibidos no comércio ambulante, exceto os que forem adaptados com equipamentos para recheios industrializados registrados em órgão competente.

IV - Do Caldo de Cana

§. 1º. Além das disposições contidas nos Art. 159 e 160, os ambulantes de caldo de cana deverão cumprir as seguintes medidas:

- Esopo para lixo para o bagaço da cana;
- O local onde se encontra a máquina, copos e outros materiais, deve ser de material impermeável de fácil limpeza (fôrmica, inox, etc), pois deverá ter absoluta higiene para evitar a proliferação de insetos;
- A cana pré-raspada só será permitida, quando acondicionada em caixa de isopor com gelo potável;
- O gelo adicionado ao caldo pronto deverá ser de água potável;
- Os veículos deverão ser vistoriados e aprovados de acordo com autoridade sanitária competente.

V - Dos Salgados

§. 1º. Além das disposições contidas nos Art. 159 e 160, os ambulantes de salgados deverão cumprir as seguintes medidas:

- As massas com creme serão proibidos no comércio ambulante, exceto os que forem adaptados com equipamentos para recheios industrializados registrados em órgão competente;
- Quando o ambulante comercializar salgados de terceiros, ambos deverão possuir autorização sanitária;
- Quando da entrega de doces e salgados a empresas, escolas, demais estabelecimentos ou eventos que não possuam empresa constituída, deverá retirar autorização na Vigilância Sanitária.

VI - Dos Trailers

§. 1º. Além das disposições contidas nos Art. 159 e 160, os ambulantes de trailer deverão cumprir as seguintes medidas:

§. 2º - Admite-se a concessão de autorização para o exercício do comércio ambulante com uso do "TRAILERS" em locais previamente determinado pela Prefeitura

§ 3º- A autorização para trailers será expedida desde que:

- Seja em nome do proprietário dos trailers;
- O veículo esteja licenciado;
- O modelo do veículo seja aprovado pela autoridade competente;
- Seja mantido em perfeito estado de conservação;

§.4º- exige-se para os trailers o cumprimento das mesmas obrigações estão sujeitos os demais veículos;

§.5º- Os ambulantes em trailers deverão observar as mesmas prescrições a que estão sujeitos os ambulantes em geral, no que se refere à obrigação de se apresentarem decentemente trajados e calçados, em perfeitas condições de

higiene e asseio, sendo imprescindível o uso de vestiário compatível com suas atividades, jalecos, gorros ou bonê;

§ 6º. Os trailers deverão ser vistoriados e aprovados de acordo com as normas técnicas exigidas pela Vigilância Sanitária.

VII - Dos Eventos Públicos

§. 1º. Além das disposições contidas nos Art. 159 e 160, os ambulantes de eventos públicos deverão cumprir as seguintes medidas:

- II. Nas festas em logradouros públicos poderão ser instaladas barracas provisórias;
- III. As barracas deverão funcionar exclusivamente no horário e no período fixado para festa a qual foram licenciadas;
- IV. Quando destinada à venda de alimentos e refrigerantes as barracas deverão ter licença expedida pela autoridade sanitária competente, além da licença da prefeitura;
- V. Nos eventos públicos que não possuírem instalações sanitárias, bem como água corrente potável, o órgão responsável pelo evento se responsabilizará para providenciar banheiros químicos e reservatório de água potável, bem como o destino dos resíduos sólidos e líquidos;
- VI. As barracas deverão ser instaladas em local que o piso seja liso, claro e de fácil higienização.

VIII - Do Pescado

§. 1º - O pescado só poderá ser comercializado em estabelecimentos fixos.

IX - Frutas e Verduras

§. 1º. Além das disposições contidas nos Art. 159 e 160, os ambulantes de frutas e verduras deverão cumprir as seguintes medidas:

- I. Os equipamentos destinados ao comércio de frutas e verduras, deverão atender as exigências da vigilância sanitária com as seguintes medidas:
- II. As frutas e verduras deverão ter sido adquiridas em fontes aprovadas pela autoridade sanitária competente, serem limpas e frescas, não podendo ser retalhadas para venda ao consumidor;
- III. A banca ou a balcão expositor deverá ser de material liso, impermeável, de fácil higienização, não sendo permitido a cobertura dos mesmos com tecidos, papel colorido, material reciclado, jornal ou qualquer material que contamine os mesmos;
- IV. Não permanecer em local que possa contaminar o alimento comercializado.
- V. A distância para comercialização desta atividade dos estabelecimentos fixos será determinada pela fiscalização urbana.

Art. - 162 - Pela importância das disposições dos artigos 159, 160 e 161, seus parágrafos e incisos, aplicam-se-lhes as seguintes sanções:

- I. Notificação;
- II. Multas
- III. Apreensão da mercadoria;
- IV. Suspensão de até quinze dias;
- V. Revogação da Licença Sanitária;

§ 2º. Das sanções impostas cabe recurso, no prazo de 15 (Quinze) dias, à autoridade sanitária competente;

§ 3º. No caso de apreensão, o valor da apreensão será de 10% (dez por cento) das mercadorias apreendidas, cujo pagamento será feito mediante depósito em nome do município, em favor do Fundo Municipal de Saúde, e apresentação de documento de identificação.

§. 4º - No caso de não serem as mercadorias reclamadas e retiradas no prazo de trinta dias, os objetos apreendidos poderão ser vendidos em hasta pública, pela Prefeitura, sendo aplicada à importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior, e entregue o saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

§. 5º - Quando o valor das taxas e multas que incidirem sobre os objetos apreendidos forem maior que seu próprio valor, poderá a Prefeitura doar tais objetos, mediante recibo, às entidades assistenciais.

§. 6º - Quando a apreensão recair sobre produtos facilmente deterioráveis ou perecíveis, dar-se-á o prazo de um dia para sua retirada, desde que estejam em condições adequadas de conservação. Expirado o prazo, será a mercadoria doada a uma ou mais instituição de caridade local, mediante comprovante.

§. 7º - A mercadoria de que fala este artigo poderá ser doada em prazo menor, de acordo com a previsibilidade de deterioração.

§. 8º - As penalidades previstas neste capítulo não isentam o infrator da responsabilidade civil ou criminal que no caso couberem.

§. 9º - Os prazos previstos neste capítulo, quando não se referirem a dias úteis, serão contados de acordo com a praxe comercial vigente.

§. 10 - Nos demais comércios ambulantes de gêneros alimentícios, que não constem neste regulamento serão expedidos através de normas técnicas.

**TÍTULO IX
DAS ZOONOSES
CAPÍTULO I**

Das Disposições Iniciais

Art. 415 - Centro de Controle de Zoonoses é uma seção do Departamento de Saúde Coletiva da Secretaria Municipal de Saúde, que tem como objetivo atuar no controle das doenças naturalmente transmissíveis entre animais e seres humanos.

Parágrafo Único - O Centro de Controle de Zoonoses tem por finalidade realizar e organizar suas atividades no desenvolvimento dos seguintes programas:

- I- Controle da raiva animal;
- II- Do controle da Leishmaniose Tegumentar e Visceral;
- III- Do Controle da Doença de Chagas;
- IV- Controle de roedores e leptospirose
- V- Controle de agravos;
- VI- Controle de animais peçonhentos e quirópteros;
- VII- Controle do *Aedes aegypti*;
- VIII- Controle das análises do laboratório de endemias e entomologia.

**Seção I
Dos Programas a serem Desenvolvidos**

I – Do Controle da Raiva Animal

- Realizar programa de captura de cães errantes, acompanhamento de cães agressores;
- Promover campanhas anuais de vacinação anti-rábica animal, na zona rural e urbana;
- Realizar manutenção dos canis, registro e cadastro de cães e gatos do município;
- Providenciar destino adequado para os cadáveres dos animais do CCZ – cemitério ou incinerador.

II – Do Controle da Leishmaniose Tegumentar e Visceral

- Orientar e conscientizar à população da leishmaniose tegumentar e visceral com campanhas regulares;
- Desenvolver ações de levantamento e controle de flebotomo no ambiente;
- Desenvolver ações de controle ambiental em áreas de grande risco epidemiológico;
- Realizar levantamento sorológico por amostragem da população canina;
- Adotar as medidas de prevenção adotadas pelo Ministério da Saúde.

III - Do Controle da Doença de Chagas

- Realizar campanha educativa orientando a população a verificação de possíveis focos e eliminação de seto;
- Realizar vistoria dos imóveis com levantamento triatominico residências;
- Realizar a boiação das residências com presença do vetor.

IV - Controle de roedores

- Orientar e conscientizar à população de medidas que promovam ambientes saudáveis nas residências e locais de trabalho;
- Desenvolver ações de controle ambiental, através de desratização de áreas de grande risco epidemiológico;
- Realizar levantamento da população de roedores e monitoramento constante.

III – Controle de agravos

- Realizar programas orientações sobre as providências cabíveis a tomar com relação a presença de baratas, formigas, lacraias, morcegos, moscas, mosquitos, taturanas, vespas, pulgas, carrapatos, piolhos, percevejos, caramujos, abelhas, marimbondos, pombos e outros;
- Promover controle e medidas preventivas dos ambientes.

IV – Controle de animais peçonhentos e quirópteros

- Realizar campanhas educativas através de palestras, orientando à população nas visitas domiciliares, nas escolas e outros;
- Divulgar através de imprensa medidas de prevenção evitando acidentes com escorpiões, aranhas, serpentes e outros;
- Realizar monitoramento e medidas preventivas dos ambientes.

V – Controle do *Aedes aegypti*

- Realizar campanha educativa orientando à população a verificação de possíveis focos e proliferação de inseto;
- Desenvolver o controle de "casa a casa", verificando possíveis focos do mosquito, evitando a reprodução, eliminando-os e tratando-os com produto químico, seguindo critérios adotados pelo Ministério de Saúde para eliminação dos mosquitos contaminados com o vírus Dengue.

VI - Controle das análises do laboratório de endemias e entomologia

- Executar diagnóstico laboratorial das zoonoses;
- Desenvolver projetos de pesquisa aplicada em zoonoses, em parceria com universidades;
- Prestar serviços diretamente ao município, às instituições públicas e privadas de saúde, às instituições de ensino e pesquisa e às unidades de controle de zoonoses;
- Oferecer treinamento no diagnóstico de zoonoses.

Art. 416 – Cabe à Coordenadoria de Controle de Zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde, o controle da população animal, bem como a prevenção e controle das zoonoses, em território do município.

§ 1º – Para efeito desta lei, entende-se por:

- I.Zoonoses** – infecção ou doença infecciosa, transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem e vice-versa;
- II.Maus Tratos** – toda e qualquer ação voltada contra os animais que implique em crueldade, ausência de água e de alimentação, o excesso de peso de carga, a tortura, o uso de animais feridos, a submissão em experiências pseudocientíficas e demais verificações feitas pelo Agente Sanitário;
- III.Alojamento impróprio** – a manutenção de animais em contato direto com outros portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou ainda mais de 5 (cinco) animais em alojamento de dimensões impróprias à sua espécie e porte;
- IV.Agente Sanitário** – Médico Veterinário e Equipe Auxiliar com Biólogos, Educadores, Laçadores, Tratadores e Serviços diversos do Centro de Controle de Zoonoses;
- V.Órgão Sanitário Responsável** - O Centro de controle de zoonoses;
- VI.Animalis de estimação:** Os de valor afetivo, passíveis de coabitar com o homem;
- VII.Animalis de uso econômico:** As espécies domésticas, criadas, utilizadas ou destinadas à produção econômica;
- VIII.Animalis soltos:** Todo e qualquer animal errante encontrado sem qualquer processo de contenção;
- IX.Animalis apreendidos:** Todo e qualquer animal capturado por servidores do Centro de Controle de Zoonoses, da Secretaria de Saúde, compreendendo desde o instante da captura, seu transporte, alojamento nas dependências dos depósitos municipais de animais e destinação final;
- X.Depósitos municipais de animais:** As dependências apropriadas do Centro de Controle de Zoonoses, da Secretaria de Saúde, para alojamento e manutenção dos animais apreendidos;
- XI.Cães mordedores viciosos:** Os causadores de mordeduras a pessoas ou outros animais, em logradouros públicos, de forma repetida;
- XII.Maus tratos:** Toda e qualquer ação voltada contra os animais que implique em crueldade, especialmente em ausência de alimentação mínima necessária, excesso de peso de carga, tortura, uso de animais feridos, submissão a experiências pseudocientíficas;
- III.Condições inadequadas:** a manutenção de animais em contato direto ou indireto com outros animais portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou, ainda, em alojamentos de dimensões inapropriadas para espécie e porte.

Art. 417 – Constituem-se objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I – prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e a mortalidade, bem como os sofrimentos dos animais, causados pelas zoonoses urbanas e rurais prevalentes;

II – preservar a saúde da população humana, mediante conhecimentos especializados e experiências em Saúde Pública, através de pesquisas sobre endemias e zoonoses.

Art. 418 – Constituem-se objetivos básicos das ações de controle das populações animais, a preservação da saúde e do bem-estar da população humana, evitando-lhes danos ou incômodos, causados por animais domésticos, através de orientação sobre a posse responsável e castração devida.

**CAPÍTULO II
Da Apreensão de animais**

Art. 419 – É proibida a passagem, estacionamento de tropas ou rebanhos no perímetro urbano, bem como a permanência de animais soltos em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

- I** - Os animais de pequeno porte, mordedores e bravios, somente poderão sair às ruas, comprovadamente vacinados e devidamente amordaçados, não oferecendo risco à segurança das pessoas, ou à critério da autoridade sanitária;
- II** – Incorre em multa quem conduzir animal na via pública pondo em perigo a segurança pública, somente permitindo animais devidamente contidos;
- III** – Todo cão treinado para ataque ou de raça considerada de temperamento violento somente poderá transitar em vias e logradouros públicos usando focinheira e quando seu condutor possuir idade e força adequada para contê-lo;
- IV** – Fica proibido o trânsito de cães ou animais de raça considerada de temperamento violento em locais de maior concentração de público.

Parágrafo único: Excluem-se os animais pertencentes a órgãos oficiais ou utilizados na condução de deficientes físicos.

Art. 420 – Serão apreendidos os cães mordedores viciosos, constatados por Agente Sanitário ou mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial.

Art. 421 – Será apreendido todo e qualquer animal:

- I** – encontrado solto nas vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso à população;
- II** – suspeito de raiva e outras zoonoses;
- III** – submetido a maus tratos por seu proprietário ou preposto deste;

IV – mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento;

V – cuja criação, ou uso, seja vedado pela presente legislação.

§ 1º – Os animais apreendidos por força do disposto neste artigo, somente poderão ser resgatados, se verificado pela autoridade sanitária, não mais existirem as causas decorrentes da apreensão;

§ 2º - O proprietário do animal, quando identificado, deverá ser comunicado da ocorrência.

Art. 422 – Os animais apreendidos ficarão a disposição dos proprietários durante os seguintes prazos:

§ 1º - Os prazos, contados do dia subsequente ao dia da apreensão do animal, são de:

- I** – 05 (cinco) dias, no caso de pequenos animais;
- II** – 07 (sete) dias, no caso de médios e grandes animais;

§ 2º - Para todos os efeitos deste artigo, consideram-se:

- I** – PEQUENOS ANIMAIS – caninos, felinos e aves;
- II** – MÉDIOS ANIMAIS – suínos, caprinos e ovinos;
- III** – GRANDE ANIMAIS – bovinos, eqüinos, muares, asininos e bubalinos.

§ 3º – Os prazos acima elencados serão contados a partir do dia subsequente à apreensão dos animais

§ 4º – Os animais de pequeno porte serão de responsabilidade do centro de controle de zoonoses e os animais de médio e grande porte serão de responsabilidade do setor de Apreensão da Secretaria de transporte municipal

Art. 423 - O animal só poderá ser resgatado pelo seu proprietário, ou representante legal, após o preenchimento do expediente próprio de identificação e pagamento das respectivas taxas.

§ 1º – Animais em estágio terminal de enfermidade, a critério de seus proprietários, poderão ser eutanasiados, por Médico Veterinário do Centro de Controle de Zoonoses, mediante o pagamento do serviço;

§ 2º – Nos casos positivos de Raiva e Calazar, não será cobrada taxa de eutanásia;

§ 3º – Os Animais mortos ou sacrificados no Centro de Controle de Zoonoses, ou destinado ao cemitério de animais;

§ 4º – Os proprietários pagarão o transporte e o diário dos animais capturados, de acordo com a tabela Constante no anexo 1.

Art. 424 - A Coordenadoria do Centro de Controle de Zoonoses, não responderá por indenização nos casos de:

- I** – dano ou óbito do animal apreendido;
- II** – eventos de natureza pública ou pessoais causados pelo animal, durante o ato da apreensão;
- III** - O animal cuja apreensão for impraticável em função de ferimentos ou enfermidades poderá, a juízo do Agente sanitário, ser eutasiado "In loco",

afastado da via pública após terem-se esgotadas todas as tentativas de sua recuperação.

Parágrafo único: O proprietário do animal, quando identificado, deverá ser comunicado da ocorrência.

Art. 425 - O animal cuja apreensão for impraticável poderá, a juízo do Agente Sanitário, ser sacrificado "in loco".

Art. 426 – O proprietário fica obrigado a permitir o acesso do Agente Sanitário, quando no exercício de suas funções, às dependências de alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as determinações dele emanadas.

Parágrafo Único - Caso o Agente Sanitário devidamente identificado com documento, seja impedido pelo proprietário ou terceiros, no exercício legal de suas funções, poderá chamar reforço policial, para possibilitar o cumprimento da ação.

Art. 427 – Todo proprietário de animal é obrigado a manter seu cão ou gato, permanentemente, imunizado contra a raiva, uma vez ao ano.

Parágrafo único - Todo o proprietário de animal é obrigado a manter seu cão e/ou gato permanentemente dentro do quintal de sua residência.

**CAPÍTULO III
Da Destinação dos Animais Apreendidos**

Art. 428 - Os animais apreendidos poderão sofrer as seguintes destinações, a critério do órgão sanitário responsável:

- I** - Resgate;
- II** - Leilão em hasta pública;
- III** - Adoção;
- IV** - Doação;
- V** - Eutanásia sem sofrimento.

§ 1º - Os animais apreendidos poderão ser doados a instituições científicas, caso estas possuam um Comitê de Ética em pesquisa científica.

§ 2º - O resgate dos animais ocorrerá mediante pagamento por parte de seu proprietário de multa e despesas do animal no Centro de Zoonoses ou órgão competente.